

A IDÉIA COMO FARSA

A REPÚBLICA E A MODERNIDADE “QUE NÃO FOI”

Everton Demetrio*

Resumo

A presente proposta de trabalho tem como cerne discutir a assimilação das idéias liberais enquanto vetores de modernidade no contexto da ascensão da República no Brasil. As idéias liberais assimiladas no Brasil em nada correspondiam ao tipo de sociedade construída ao longo dos séculos; uma sociedade marcada pelo escravismo almejando uma imagem de nação moderna e civilizada nos moldes do liberalismo europeu. Desejar uma modernidade que não “acerta o passo” com o contexto nacional, certamente levará à um pastiche, arremedo de civilização, entre o que se é propriamente e aquilo que se deseja ser. Pode-se dizer, então, que nossa identidade cultural e política tomarão corpo em função do movimento oscilante que passa a ostentar, promovendo de forma taxativa a oposição entre tradicional e moderno.

Palavras-chave: República, modernidade, ideologia liberal.

Tudo se finge primeiro; germina autêntico é depois
Guimarães Rosa, 2001

I. DESCOMPASSOS DA MODERNIDADE NO BRASIL

Em se tratando dos inícios da nossa vida republicana, a elite brasileira queria a modernização e industrialização imediata, houve uma forte penetração de capitais estrangeiros e uma grande fraude especulativa (chamada de encilhamento). Estavam dispostos a tudo pela modernização, exemplos disso são: o evento em Canudos e a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro em 1904, na qual foram utilizadas repressões violentas, legitimados por discursos como manter a ordem e melhorar a saúde do país¹. O Brasil queria reivindicar seu lugar no teatro da civilização², queria partilhar da

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor da rede particular de ensino da cidade de Lagoa Seca (PB); e-mail: evertondemetriopb@yahoo.com.br

¹ SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

² O próprio conceito de civilização transmuta-se, convertendo seu valor de ação em um estado que “carregado de sagrado demoniza seu antônimo. A palavra civilização, se já não designa um fato submetido ao julgamento, mas um valor incontestável entra no arsenal verbal do louvor ou da acusação. Não se trata mais de avaliar os defeitos ou os méritos de civilização. Ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. É preciso tomar seu partido, adotar sua causa. Ela se torna (o critério por excelência) motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação; tudo que não é civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto”. (STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização: ensaios**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.32.).

atmosfera de modernidade e de progresso que estavam sendo gerados pela expansão do sistema capitalista, e incluir o país na configuração da nova ordem mundial.

A intensificação dos contatos e das trocas internacionais promovidas pela instauração do regime republicano acelerou as transformações no país³, traziam da Europa novas idéias para aplicar no país, bem como um sentimento de que o Brasil poderia melhorar se seguissem exemplos de países vencedores. Este sentimento das elites revela um sentimento de inferioridade que vinha desde a colônia em relação à Europa, isto fez com que a modernização fosse espelhada no estrangeiro; o país queria se modernizar, mas permanecia olhando para o estrangeiro como algo a ser copiado. Não apenas inserir o país na civilização era a intenção da elite dominante, mas também definir uma identidade nacional como alerta Renato Ortiz: *devemos entender a questão da identidade nacional na sua alteridade com o exterior*⁴.

De toda forma, não podemos dizer que houve uma proposição industrializante no Brasil, pelo menos até os anos 30, ainda que o mercado interno tenha se dinamizado e intensificado com o advento da ordem republicana. Ao contrário, a economia agrário-exportadora constituía o eixo dinâmico de sustentação do emprego e da renda, e as elites proprietárias, mais precisamente a oligarquia cafeeira alinhada com os círculos financeiros internacionais construía o seu ideário de modernidade no qual exportar café era o sentido. Assim, nas palavras de José Evaldo de Mello Doin et al.⁵,

o café seguia impávido, ladrilhando as localidades outrora semeadas e levando os trilhos e silvos das locomotivas em seu rastro. Rápido, então, lugarejos cresciam e tomavam forma de cidades, tornando-se, assim, centros bafejados pela *força da grana que construía e destruía coisas belas*, um verdadeiro admirável mundo, que mesclava sem possibilidades de separação o arcaico e o novo. Era nesse contexto que as ambivalências da própria modernidade se somavam às contradições de um país e de um povo forjado sob o sopro da bricolagem e da imposição do poder público.

No Brasil, além da oposição entre arcaico-moderno, ocorre uma *simbiose*, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado⁶.

³ SEVCENKO, op.cit., p.

⁴ ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 5.^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 182.

⁵ DOIN, José Evaldo de Mello; NETO, Humberto Perinelli; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. *A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) — a proposta do Cemumc*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007, p. 95.

⁶ Quando do advento da nossa tardia industrialização apoiada pelo Estado, a substituição das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas não exigiu rupturas como no modelo clássico da

O campo, então, mantinha-se como espaço de sustentação econômica e constituição das bases políticas das elites. Porém, a cidade assumia o papel de lócus do poder político, sendo neste espaço onde a imagem de um país progressista se materializava. Segundo Raymond Williams, é significativo que a imagem do campo se converta agora [com a República] numa imagem que remeta ao passado, bem como, a imagem concernente a cidade seja uma imagem do futuro. *Entretanto, se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. A idéia de campo tende a tradição, aos costumes humanos e naturais [tradicionais]. A idéia de cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento*⁷.

Surge a ciência urbana⁸, preocupada em sanear os espaços urbanos segundo métodos científicos, tendo em vista a preocupação em transformar as cidades em ambientes pautados por certa ordenação; segundo premissas do capitalismo e da industrialização, as sociedades rurais também devem ser convertidas em espaços higiênicos e civilizados, espaços modernos, controlados⁹.

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense¹⁰.

Entretanto, o advento da primeira grande guerra concorre para desestabilizar o ambiente de civilidade e progresso da *belle époque*. *A guerra põe em relevo a acirrada rivalidade que emergia das relações entre as nações e desperta uma parcela dos*

revolução burguesa, pois o nosso capital industrial se formou a partir do capital cafeeiro, estando em continuidade com nossas seculares estruturas agrárias. Não é casualmente que na região do café se encontra a maior parte da indústria nascente, sendo nela que o desenvolvimento das relações capitalistas se dá mais aceleradamente. Ora, o advento do café já tinha produzido o efeito de reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, voltada inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinado à exportação, perpetuando a grande propriedade mono cultural que utiliza o trabalho compulsório e levando-nos a ser o último país a abolir a escravidão. É nesta ascensão da acumulação capitalista que não requer a destruição completa das relações não-capitalistas, perpetuando-as, que reside a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro (Cf LISBOA, Armando de Melo. **A Modernidade Tupiniquim**. Tese de mestrado: UFSC, 1988, p. 123).

⁷ WILLIAMS. Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 397.

⁸ De acordo com Williams: “A nova cidade, quando surgir, será um mundo novo, dirigido por uma nova espécie de ciência” (WILLIAMS, 1989, op.cit., 369).

⁹ PERES, Maria Thereza Miguel; TERCI, Eliana Tadeu. *Revisitando a modernidade brasileira: nacionalismo e desenvolvimentismo*. **Impulso**, nº 29, p. 140.

¹⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão, Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. 4.^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 30.

*políticos e intelectuais brasileiros para a necessidade de fortalecer a nação e preservar sua soberania*¹¹.

Por sua vez, os anos 20 constituíram um período de intenso fervor cultural e político, marcados pela necessidade de afirmar nossa pretensa identidade nacional, conferindo assim, o espaço necessário para que o Brasil adentrasse o mundo moderno, sem, contudo, perder sua autonomia e soberania. Ao contrário do que ocorrera no século XIX, não se tratava de copiar e dar vazão a modelos externos, antes, garimpar raízes de nossa brasilidade, identificando traços definidores. Fazia-se necessário destacar elementos que nos distinguissem de nossos colonizadores, contrapondo-se ao nosso passado branco e colonial.

Ainda desta feita a estrutura social, política e econômica não seria tocada. Os problemas relativos ao modelo de desenvolvimento econômico voltado para fora, amparado no comércio internacional não seria questionado, visto que o processo de modernização do país levado a termo nos anos anteriores não tinha alterado o contexto vigente: a industrialização e a urbanização mantinham-se como atividades secundárias, incapazes de gerar novos grupos sociais investidos de energia suficiente para fazer frente à oligarquia cafeeira. O empresariado urbano oriundo das camadas médias não nutria qualquer tipo de espírito de modernização que fosse revolucionário; isso em função de não disputar o poder político com a aristocracia cafeeira, não havendo, portanto, necessidade de revolucionar a ordem social constituída porque esta correspondia a seus interesses. *O empresariado moderno tem características conservadoras, pois seus interesses não se opõem à classe dominante tradicional, mas se complementam. Por isto o patronato brasileiro se alia aos setores oligárquicos: para preservar a estrutura global*¹².

Ao contrário do que se queria, o movimento modernizante estabelecido desde então afirmou a posição ruralista da economia brasileira; as claras estavam as oligarquias regionais, identificadas como entraves aos anseios de grandeza e modernidade da nação.¹³ A reforma do sistema eleitoral, com a introdução do voto secreto, constituía a principal bandeira do movimento nacionalista¹⁴.

¹¹ PERES; TERCI, op. cit., p. 142.

¹² Apud LISBOA, 1988, op cit., p. 125.

¹³ Membros dessa elite política do Brasil lançavam mão do monopólio privado da violência. Vários são os casos impunemente ‘contornados’ e capazes de mostrar o ocultamento da barbárie com discursos e ações aparentemente civilizatórias. Era nas câmaras municipais — e em outros espaços públicos, como teatros, hospitais e órgãos da imprensa — que os coronéis, majores, capitães e seu grupo de doutores comandavam a administração municipal, sempre a associando ao racionalismo modernizante mais

O tenentismo dos anos 20 – agregador de uma classe militar já modernizada, nascido com a crise do Estado oligárquico e com a ascensão de novos setores sociais (classes médias) ainda não absorvidos pela economia agro-exportadora – é a primeira grande expressão da intensa motivação que os militares têm de construir um projeto nacional¹⁵. No contexto da luta pela modernização das estruturas políticas, os tenentes defendem *a centralização política e a racionalidade das decisões do Estado, contra o clientelismo provinciano das oligarquias*¹⁶. Compartilhando os mesmos princípios dos tenentes, Oliveira Vianna indica o caudilhismo e o coronelismo como eventos degenerativos, responsáveis por tornar o Estado refém dos interesses privados dos grandes proprietários rurais, estes, responsáveis pela não adequação do liberalismo no Brasil. Nas palavras de Vianna, *para enfrentar a força do ‘caudilhismo’, que era sempre uma ameaça à desintegração territorial e social, só um poder centralizador forte – metropolitano ou nacional –, que agisse como promotor da paz e da ampla proteção dos cidadãos*¹⁷.

É o que justifica a modernização conservadora: a realidade brasileira converteu um elemento dispensável para constituição da modernidade – o Estado centralizador – em única alternativa para construção de uma nação moderna; o poder central, absoluto e autoritário torna-se elemento indispensável à constituição do Estado moderno. Essa formulação, levada às últimas conseqüências, produziu o ideário do Estado Novo, cuja atenção voltou-se especialmente para a questão social e a proposição de criar uma sociedade harmônica sob a tutela do Estado¹⁸.

Em *A moderna tradição brasileira*, Renato Ortiz, analisando o movimento modernista dos anos 20 no Brasil, argumenta que o conceito de modernidade no início

recente. Entretanto, a velha arte da sociabilidade cordial e do mandonismo não era abandonada (como comprova o uso corrente de patentes), bem como não eram deixadas de lado as práticas de jagunçagem, presentes nas tocaias, no esquentamento de documentos de propriedade e na formação de condomínios da violência pelos agentes do Estado e pelos grupos privados detentores de poder nos municípios (DOIN et al, 2007, op. cit., p.97).

¹⁴ PERES; TERCI, op. cit., p. 143.

¹⁵ Tal como o movimento tenentista, a semana de 1922 foi um marco na afirmação do imaginário moderno no Brasil, apresentando um novo paradigma estético/ artístico nacional, salientando a hibridez e a cultura popular. O levante do Forte de Copacabana, a revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, a revolução de 1924, bem como a Coluna Prestes indicavam a emergência de novos atores sociais e políticos. As organizações operárias também tomavam fôlego, graças à fundação do Partido Comunista. O perfil da elite rapidamente se modificava, haja vista que a industrialização se tornava assunto do dia, cada vez mais. Nos anos 20, enfim, prenunciam-se as mudanças que virão após 1930.

¹⁶ LISBOA, op. cit., 1988, p. 130.

¹⁷ Apud GOMES, Â.C. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In: SCHWARCZ, L.M.et al. **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 509.

¹⁸ GOMES, loc. cit.

do século XX estaria *fora do lugar*, pois o Modernismo ocorre no Brasil sem modernização.

Ressalta Ortiz que o pensamento na periferia tende a reificar o moderno à medida que este se apresenta como um desejo de superar o subdesenvolvimento, como um projeto a ser construído nacionalmente, mas em descompasso com a situação dura da realidade. Assim, diferenciados do modernismo europeu, ingressamos na modernidade acriticamente - sintoma disto é o fato de que no Brasil "os críticos da modernidade sempre foram os intelectuais tradicionais" – e sem rupturas - pois quando o moderno finalmente se implanta ele já possui aqui uma longa tradição¹⁹.

Se, por um lado, o anseio de busca do moderno desempenhou um papel progressista, já que a luta pela construção do nacional pôde se contrapor ao conservadorismo das forças oligárquicas, no afã de superação do subdesenvolvimento e da dependência, por outro lado o preço pago por isso foi, de acordo com a formulação que tomamos de empréstimo de Ortiz, termos nos posicionado acriticamente ante o moderno, reificando-o e incorporando-o como um valor em si.

Desejar uma modernidade que não “acerta o passo” com o contexto nacional, certamente levará à um pastiche, arremedo de civilização, entre o que se é propriamente e aquilo que se deseja ser. Pode-se dizer, então, que nossa identidade cultural e política tomarão corpo em função do movimento oscilante que passa a *ostentar*, promovendo de forma taxativa a oposição entre *tradicional* e *moderno*. Nossa modernidade é tão somente um engodo, mescla desigual entre o tradicional e o moderno. Onde o moderno mancha com cores alegres a superfície de um conteúdo fraco.

II. CORONELISMO, PLEBE RURAL E JAGUNÇAGEM

É da coexistência de uma constituição liberal com práticas oligárquicas expostas acima quando tratamos da relação entre nossa realidade estrutural de nação patriarcalista fundada no interesse privado e a importação de modelos que não se encaixavam à nosso contexto que deriva a expressão, liberalismo oligárquico, com que se caracteriza o processo político da República no período compreendido entre 1889 e 1930. Ambígua e contraditória, a expressão revela que o advento da República, cujo

¹⁹ ORTIZ, op. cit., p. 208-10.

pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania.

A primeira constituição republicana, de 1891, se baseia no modelo da constituição dos Estados Unidos da América. De tal forma, que o Brasil passa a integrar-se na tradição norte-americana de organização federativa e do individualismo político e econômico. Em todo caso, o federalismo se converte em grande inovação da constituição de 1891,

isso porque a inspiração liberal do individualismo político e econômico, ascendente nas primeiras décadas do século XIX e no auge ao findar do século, já deixa sua marca na Constituição de 1824. Nesse aspecto, a constituição dos Estados Unidos funcionará menos como uma inovação e mais como reforço para justificar e consolidar o individualismo que se reafirma na primeira Constituição da República²⁰.

O federalismo, implantado em substituição ao centralismo do Império, confere aos estados uma enorme soma de poder, que se distribui entre o estado e os municípios. Sobre esse princípio instaura-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. A centralidade conferida aos direitos individuais, deixando de lado a preocupação com o bem público, ou seja, a virtude pública ou cívica que está no centro da idéia de República, funciona como barreira no processo de construção da cidadania no Brasil.

De toda forma o que nos interessa aqui para efeito de análise é apresentar o universo de relações sociais e políticas que integram os *interiores* da Primeira República; ou seja, a atmosfera de progressividade que inspirava a capital da República não informava a situação dos estados, mais, do interior do país.

Na medida em que a grande parte do eleitorado nacional se constitui de habitantes da zona rural, sendo estes, completamente ignorantes, e dependentes dos fazendeiros, seguindo-os em suas orientações políticas. Decorre desse fato – reflexo de nossa organização agrária – que os chefes dos partidos tinham de se entender com os fazendeiros, através dos chefes políticos locais. Ao passo que esse entendimento levava ao compromisso de tipo coronelista entre os governos estaduais e municipais, à semelhança daquele compromisso existente entre União e os Estados. Tal qual nas

²⁰ RESENDE, M^a Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o Liberalismo oligárquico*. In DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). **O tempo do Liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 93.

relações estaduais-federais predominava a política dos governadores, nas relações estaduais-municipais dominava certa política de cunho coronelista. Por vias desse compromisso, habitual dentro do sistema, os chefes locais prestigiavam a política eleitoral dos governadores e destes recebiam o apoio necessário à constituição das oligarquias municipais. Para que aos governadores e não aos coronéis, tocasse a posição mais vantajosa nessa troca de serviços, os meios técnicos e jurídicos eram acionados²¹.

Se levarmos em consideração o fato de que os municípios não dispunham de recursos financeiros suficientes para arcar com despesas relativas aos serviços básicos, tendo por isso, que assumir sua dependência da estrutura estadual, responsável pela manutenção da ordem e da justiça, bem como das obras públicas. No âmbito do município, a figura do coronel assume a função de benfeitor, defendendo os seus e distribuindo benefícios; em lugar da ausência estatal, protege e mobiliza a segurança coletiva.

O agricultor e o pecuarista, grandes e pequenos, vivem em um mundo perigoso, ameaçado pela violência dos homens, numa sociedade congênial à solução das disputas ao preço de sangue, bem como cercados de ameaças alheias ao seu controle – a seca, as inundações, as oscilações de preço de seus produtos. Entre a roça e o grande mundo há o mistério, o desconhecido, a mão implacável dos acontecimentos que lhes transtornam o limitado destino. Protegendo-os da ansiedade, num mecanismo que aproxima e domestica as insondáveis forças estranhas, surgem os homens que compreendem, retardam e simplificam as instituições e suas regras²².

Homens que simplificam as instituições e suas regras, coronéis/latifundiários que articulam a comunidade camponesa em torno de si, adaptando-a ao sistema político e socioeconômico através de elos flexíveis, suaves, inspirados na camaradagem. As diretrizes desse fenômeno histórico foram muito bem elucidadas por Victor Nunes Leal em seu trabalho, *Coronelismo, enxada e voto*, publicado pela primeira vez em 1949²³.

²¹ Cf. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978, p. 102.

²² FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro**. Vol. 2, São Paulo: Editora Globo, 2004, p.632.

²³ Vale a pena citarmos a abordagem de do autor para efeito de melhor visualização do momento histórico em questão: “Conquanto suas conseqüências de se projetem sobre toda a vida política do país, o coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer, os municípios rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno./ significando o isolamento ausência ou rarefação do poder político, apresenta-se o coronelismo, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio político. Dá a tentação de o considerarmos puro legado ou sobrevivência do período colonial, quando eram freqüentes as manifestações de hipertrofia do poder privado, a disputar atribuições próprias do poder instituído. Seria, porém, errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o coronelismo, que

Em nosso passado, os homens livres, nem proprietários nem escravos, aumentaram tanto que chegaram a formar a massa da população brasileira, sempre à margem do processo produtivo principal. E aumentaram de duas maneiras. Primeiro, de modo vegetativo; segundo, quando do encerramento de um ciclo econômico. Foi o que ocorreu quando cessaram as bandeiras; quando as minas de ouro se esgotaram; quando o cativo foi abolido.

Sobrevivendo como desterrados, carentes de quase tudo, incluindo nesta soma, propriedade, bens, raízes e qualificação profissional, seu único meio de ganhar a sobrevivência era colocar-se sob a proteção de um fazendeiro e ou/ latifundiário, morando em regime de favor nas suas propriedades, tendo, para pagar sua estadia executar todo e qualquer tipo de trabalho. Vêm daí as designações correntes de *moradores* ou *agregados*, prontos a remunerar o patrão com qualquer espécie de serviço. Portanto, quando a situação de manutenção do poder ou qualquer situação de defesa dos interesses de determinados potentados requeria a utilização da força, ou seja, da violência, esses homens eram convocados.

Essa plebe rural numerosa, que foi geneticamente determinada por sua exclusão do processo econômico, encontra sua possibilidade material de sobrevivência na peculiaridade do latifúndio. Seja nas fazendas voltadas a criação de gado, seja para a produção mercantil, há sempre terra sobrando. De toda forma, essa terra em excesso não era desprovida de dono; ele pertence sempre a um proprietário, que tem o direito de

alcançou sua expressão mais aguda na Primeira república. Não se pode, contudo, reduzir o coronelismo a simples afirmação anormal do poder privado. É também isso, mas não é somente isso. Nem corresponde ele a fase áurea do privatismo: o sistema peculiar a esse estágio, já superado no Brasil, é o patriarcalismo, com a concentração do poder econômico, social e político no grupo parental. O coronelismo pressupõe, ao contrário, a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação de seu conteúdo residual./ Chegamos, assim, ao ponto que nos parece nuclear para conceituação do coronelismo: este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido./ O simples fato do compromisso presume certo de fraqueza de ambos os lados, também, portanto, do poder público. Mas, na Primeira República – quando o termo coronelismo se incorporou ao vocabulário corrente para designar as particularidades da nossa vida política do interior – o aparelhamento do Estado já se achava suficientemente desenvolvido, salvo em casos esporádicos, para conter qualquer rebeldia do poder privado. É preciso, pois, descobrir a espécie de debilidade que forçou o poder público a estabelecer o compromisso coronelista./ [...] Finalmente, a abolição do regime servil e, depois, com a República, a extensão do direito de sufrágio deram importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais. Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terras, devido a dependência dessa parcela do eleitorado, conseqüência direta da nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono. Somos, neste particular, legítimos herdeiros do sistema colonial da grande exploração agrícola, cultivada pelo braço escravo e produtora de matérias-primas e gêneros alimentícios destinados à exportação. A libertação jurídica do trabalho não chegou a modificar profundamente esse arcabouço, dominado, ainda hoje, grosso modo, pela grande propriedade e caracterizado, quanto a composição de classe, pela sujeição de uma gigantesca massa de assalariados, parceiros, posseiros e ínfimos proprietários à pequena minoria de fazendeiros, poderosa em relação aos seus dependentes, embora de posição cada vez mais precária no conjunto da economia nacional”. (LEAL, 1978, op. cit., p.251-3).

permitir que alguém nela more e pratique uma pequena lavoura de subsistência. Caso essa situação se concretize, gera-se conjuntamente um compromisso pessoal com o proprietário da terra, seja qual for a instância de trabalho: agregado, morador, parceiro, meeiro, camarada, vaqueiro, etc²⁴.

Em sua maioria, o contingente camponês vivia de trabalhos esparsos, o que eventualmente reduzia ao mínimo seus rendimentos; daí decorrem concomitantemente uma alimentação insuficiente, organização social quase inexistente, bem como uma produção cultural irrelevante. Naturalmente ignoradas e silenciadas pelos grandes potentados locais, foram sempre tratadas como arraia-miúda, meros escravos requisitados ocasionalmente. De tal forma esse evento se revela, que não fica difícil imaginar o porquê da grande mobilidade verificada nos homens pobres do meio rural, onde os laços que os prendem ao lugar são fundamentalmente frágeis. A literatura rosiana – alegorizando a sociedade sertaneja e suas relações – é exemplar daquilo que pode ser nomeado de “desconcerto” ideológico, de um país assentado numa realidade tentando produzir uma imagem diversa desta, fundamentalmente contrária, desproporcional.

Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas-d'angola, como todo mundo faz?²⁵

A resposta vem na precisa formulação de Guimarães Rosa para a condição da plebe rural brasileira: *Quero criar nada não...* — *me deu resposta... 'Eu gosto muito de mudar...'*²⁶.

Em face do caráter contingente de sua absorção aos meios produtivos, essas massas camponesas, sobrevivendo dentro de uma lógica marcada pelo deslocamento constante, não representam força de trabalho significativa, quer seja na pecuária, onde muitos braços são desnecessários, quer seja no âmbito do latifúndio monocultor. Em toda, alcançando alternativas para esta situação contingente, irão se instalar no campo das relações pessoais, seja em cumplicidade com companheiros de jornada, seja com os poderosos dos quais depende: *jagunço não é muito de conversa continuada nem de*

²⁴ GALVÃO, 1986, op. cit., p.37-8.

²⁵ ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, pág. 58.

²⁶ ROSA, loc. cit..

*amizades estreitas: a bem eles se misturam e desmisturam, de acaso, mas cada um é feito por si*²⁷.

Ignorados e desprezados em relação aos próprios direitos, bem como a inaptidão para organizar-se em defesa dos mesmos, resta ao camponês fazer valer aquilo que lhe rendera as agruras sertanejas: sua valentia, compensatória de todas as carências; a violência torna-se evento resolutivo na relação entre os homens, único meio para manter resguardada sua integridade física e moral, conservando intacta sua suposta independência. Portanto, ser jagunço, constitui um estar sozinho no espaço do sertão, onde o que vale é o poder seco da pessoa, assim diria o jagunço Riobaldo, protagonista do *Grande Sertão*.

Livre, e por isso mesmo dependente. Sem ter nada de seu, e por isso mesmo servidor pessoal de quem tem. Inconsciente de seu destino, e por isso mesmo tendo seu destino totalmente determinado por outrem. Sem causas a defender, e por isso mesmo usado para defender causas alheias. A vulso e móvel, e por isso mesmo chefiado autoritariamente e fixado em sua posição de instrumento. Posto em disponibilidade pela organização econômica, que não necessita de sua força de trabalho, e por isso mesmo encontrando quem dele disponha, para outras tarefas que não as da produção. Tal é a condição dessa imensa massa de sujeitos disponíveis em suas “existências avulsas”, que estavam aí para serem usados, e que o foram, ao longo de toda a história brasileira²⁸.

Membro de um grupo armado a serviço de chefes em oposição ou situação em relação ao governo estabelecido, compõe-se o ser jagunço, potencial de força manipulado por outrem para o exercício do poder²⁹. Podendo ser utilizado tanto para o

²⁷ Ibid., 2001, p. 29.

²⁸ GALVÃO, 1986, op. cit., p. 41-2.

²⁹ O poder assinalava Hobbes, se exerce de modo original, de homem para homem, ou através de uma estrutura instrumental, com a impessoalidade derivada dessa intermediação institucionalizada. “Trata-se de um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional. O mecanismo estatal, na percepção dos homens do campo, lhes parece, na sua composição jurídica e impessoal, o longínquo mistério de sombras. No máximo, o presidente e o governador corporificam os donos da República ou do Estado, superfazendeiros que dispõem de tudo, da vida e do patrimônio dos cidadãos. O homem do *sertão*, da mata e do pampa sabe que o chefe manda e ao seu mando se conforma, sem que o socorra, para levantar o quadro de domínio, a idéia de representação. Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementariedade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente, é exercido para o bem... Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrições a que sua existência está confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa a do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal, se define um destino imóvel, que se

trabalho como para a destruição, para manter tanto quanto para colocá-la em perigo, para impor a lei como também transgredi-la, vingando ofensas ao mesmo tempo em que as pode praticar; as razões que orientam e determinam sua ação em certos momentos fogem de sua escolha imediata. O senhor é quem designa, o jagunço executa. Tudo aquilo que se inscreve fora das tarefas cotidianas se posiciona fora de seu alcance. Neste termos o determina Antonio Candido:

o jagunço é, portanto, aquele que, no sertão, adota uma certa conduta de guerra e aventura compatível com o meio, embora se revista de atributos contrários a isto; mas não é necessariamente pior do que os outros, que adotam condutas de paz, atuam teoricamente por meios legais como o voto, e se opõem à barbárie enquanto civilizados. Ao contrário, parece freqüentemente que o risco e a disciplina dão ao jagunço uma espécie de dignidade não encontrada em fazendeiros estadonhos, solertes aproveitadores da situação, que o empregam para seus fins ou o exploram para maior luzimento da máquina econômica³⁰.

Nossa vida ideológica acompanhava dependentemente os passos da Europa. O projeto de nação era na verdade uma representação daquilo que se implantava na Europa. A modernidade, a civilização, os princípios liberais eram a fachada de um interior corrompido de mazelas, compromissos e articulações fraudulentas; as idéias liberais eram usadas de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. As idéias realmente pareciam fora do lugar.

fecha insensivelmente no conformismo. Quem tem chefe, não delibera, ouve e executa ordens". (FAORO, op. cit., p.634).

³⁰ CANDIDO, Antonio. *Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*. In **Vários Escritos**. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2004, p. 113.